



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REQUERIMENTO n.º _____, de 2022
(Das Sras. Dep. Natália Bonavides e Dep. Talíria Petrone)

Requer a realização de audiência pública para discutir denúncias de Frances Haugen, ex-funcionária do Facebook, de manipulação do discurso de ódio e da desinformação no Brasil com finalidades políticas.

Senhor presidente,

Requeremos a V. Exa., nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada Audiência Pública para debater, nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em conjunto com as Comissões de Legislação Participativa e Direitos Humanos e Minorias, as denúncias de Frances Haugen, ex-funcionária do Facebook, de manipulação do discurso de ódio e da desinformação no Brasil com finalidades políticas. Este requerimento já foi apresentado e aprovado pela CCTCI na sessão legislativa passada, sendo declarado prejudicado com o final da mesma. Por isso, reapresentamos nos colegiados aqui nomeados.

Convidados:

- Frances Haugen, ex-funcionária do Facebook;
- Representante do Facebook no Brasil;
- Representante do Tribunal Superior Eleitoral;



- Representante do Intervozes;
- Representante da Coalizão Direitos na Rede;
- Representante da Avaaz;
- Representante do Instituto Vero.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2018, um grande escândalo colocou o Facebook no centro das atenções mundiais. As informações de mais de 50 milhões de pessoas foram utilizadas sem o consentimento delas pela empresa americana Cambridge Analytica para fazer propaganda política. A empresa teria usado esses dados para criar um sistema que permitiu prever e influenciar as escolhas dos eleitores nas urnas.

A denúncia levantou dúvidas sobre a transparência e o compromisso da empresa com a proteção de dados dos usuários. Ela passou a ser investigada nos Estados Unidos e no Reino Unido por proliferação de notícias falsas em eleições. Segundo a imprensa, a Cambridge Analytica é de propriedade do bilionário do mercado financeiro Robert Mercer e era presidida, à época, por Steve Bannon, então principal assessor de Trump nas eleições de 2016, nos Estados Unidos. Na Europa a empresa foi contratada pelo grupo que promovia o Brexit (a saída do Reino Unido da União Europeia)¹. Naquele caso, um ex-funcionário da Cambridge Analytica, Christopher Wylie, revelou que o esquema começou em 2014, dois anos antes da eleição americana de 2016 e três anos antes do Brexit.

Em 2021 eclodiu um novo escândalo, o Facebook Papers. Novamente uma ex-funcionária estava no centro das denúncias e o Brasil foi o local onde ocorreu a manipulação de informações e sentimentos dos usuários da plataforma². Frances Haugen, ex-funcionária do Facebook, coletou pesquisas internas da rede social após pedir demissão em maio de 2021

¹ <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/entenda-o-escandalo-de-usopolitico-de-dados-que-derrubou-valor-do-facebook-e-o-colocou-na-mira-de-autoridades.ghtml>

² <https://link.estadao.com.br/noticias/empresas,facebook-papers-grupomonopolizou-conteudo-nas-eleicoes-brasileiras-de-2018,70003903253>



por discordar das atitudes da companhia. Seu advogado entregou seu relato ao Congresso americano. Segundo os documentos apresentados, houve uma ação organizada por “superprodutores” de conteúdo de desinformação e ódio durante o período eleitoral de 2018 para influenciar o resultado das eleições brasileiras.

Segundo reportagem do Jornal O Estado de São Paulo, “estes documentos indicam

que, em 7 de outubro de 2018, dia do primeiro turno das eleições presidenciais do País, 18,4 milhões de publicações políticas foram criadas por 6,7 milhões de perfis ou páginas na plataforma. Porém, 35% desse material foi publicado por apenas 3% das contas – ou seja, 6,4 milhões de posts políticos foram gerados por apenas 201 mil contas. 74 milhões de pessoas distintas visualizaram os materiais, gerando 2,74 bilhões de visualizações. Os pesquisadores do Facebook calculam que as contas que monopolizaram a produção de conteúdo receberam 28% dessas visualizações, ou 767,2 milhões. Mas a concentração de audiência pode ter sido maior”.

Frances Haugen acusa o Facebook de ter escolhido o crescimento em detrimento da segurança dos usuários. E os documentos apresentados indicam que o alcance de conteúdos tóxicos como discurso de ódio, desinformação, violência explícita e desencorajamento cívico no Facebook são “particularmente maiores no Brasil, comparado a outros aplicativos”³. Muito importante ressaltar que os documentos citados são internos, produzidos por funcionários do Facebook com base em pesquisas da própria empresa.

Os pesquisadores do Facebook descobriram que muitas vezes o efeito do uso da plataforma estava longe de ser positivo. “Constantemente eles identificaram que as pessoas usavam os principais recursos (da ferramenta) de modo indevido ou que eles amplificavam o conteúdo tóxico, entre outros efeitos. Em um memorando interno de agosto de 2019, vários pesquisadores disseram que foi a “mecânica do principal produto” do Facebook - ou seja, os princípios básicos de como o produto funcionava - que permitiu a proliferação das informações falsas e do discurso de ódio no site. “A mecânica da nossa plataforma não é

³ <https://link.estadao.com.br/noticias/empresas,facebook-papers-brasil-econsiderado-pais-de-risco,70003890446>



neutra ”, concluíram⁴.

É necessário entender quais medidas foram adotadas para que o que foi relatado seja combatido pela plataforma, considerando que os documentos apontam que o Facebook tem conhecimento dos problemas causados no Brasil desde 2016⁵. Quais seriam as medidas a serem impostas às plataformas para impedir que a manipulação ocorra novamente nas eleições do ano que vem? Sabe-se que o Tribunal Superior Eleitoral interage com o Facebook em busca de soluções, assim como investiga o uso indevido das plataformas de redes sociais nas eleições de 2018. Mas paralelamente, governo e sua base no Congresso se articularem para impedir a aprovação do PL 2630, que combate fake news, e que poderia combater a disseminação de desinformação nas eleições de outubro deste ano.

De maneira que, para que o Parlamento se aproprie do que foi denunciado por Frances Haugen, ex-funcionária do Facebook, sabermos como o Facebook está lidando com as denúncias e como trabalha para combater a desinformação e a manipulação dos sentimentos de seus usuários, solicitamos a realização da audiência pública aqui proposta. Conhecermos mais profundamente o que aconteceu com uma das maiores plataformas de rede social pode lançar luz à conscientização necessária não só dos parlamentares e de toda a classe política, mas também de toda sociedade brasileira, para que todos observemos e lutemos para garantir um debate limpo que favoreça a tomada de decisão de cada cidadão.

Sala de Comissões, de junho de 2022.

NATÁLIA BONAVIDES

PT-RN

TALÍRIA PETRONE

PSOL-RJ

⁴ <https://link.estadao.com.br/noticias/empresas,healthtech-alice-compra-startupcuidas-de-olho-em-planos-de-saude-para-empresas,70003906344>

⁵ <https://link.estadao.com.br/noticias/empresas,facebook-papers-conteudostoxicicos-tem-alcance-maior-no-brasil-mostram-documentos-daempresa,70003890459>





Requerimento **(Da Sra. Natália Bonavides)**

Requer a realização de audiência pública para discutir denúncias de Frances Haugen, ex-funcionária do Facebook, de manipulação do discurso de ódio e da desinformação no Brasil com finalidades políticas.

Assinaram eletronicamente o documento CD220025006500, nesta ordem:

- 1 Dep. Natália Bonavides (PT/RN)
- 2 Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ)

